

ARTIGO PARA A REVISTA HISTÓRICA

“*ADIÓS COMPAÑEROS*” : *Os espanhóis expulsos na Era Vargas*

Ismara Izepe de Souza¹

Em julho de 1937, a bordo do navio Alsina, 27 espanhóis se despedem do Brasil, seguindo para o porto de Marselha na França. Não podiam mais permanecer em território brasileiro por serem considerados “perigosos” à Segurança Nacional, tampouco contar com a alternativa de regresso seguro ao país de origem, pois a Espanha nesse momento passava por um conflito civil de grandes proporções: a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Desembarcar no porto de Vigo, localizado em uma região da Espanha tomada pelos exércitos do General Franco, que assim como o governo Vargas era averso aos ideais de esquerda, equivaleria quase a uma condenação de morte. Com históricos políticos que atestavam comprometimento com os ideais de esquerda, não seria difícil prever quais seriam suas expectativas diante das autoridades franquistas. O receio de serem mortos não se baseava apenas em probabilidades, mas sim no exemplo do triste destino de Francisco Marquez Sanchez, espanhol expulso em 1936 e que, mandado para Vigo já no início do conflito civil espanhol, foi sumariamente fuzilado pelo exército nacionalista.²

A decisão de enviá-los a um porto francês, no entanto, não foi tomada pelos órgãos brasileiros responsáveis pela expulsão de estrangeiros, mas sim pelo espanhol Andres Rodriguez Barbeito, vice cônsul republicano em Santos, que segundo informe de investigação, teria pago do seu próprio bolso a diferença de valor das passagens do porto espanhol ao porto francês.³ A atitude de Barbeito e as diversas manifestações de agradecimento de parte da comunidade espanhola por sua realização, corroboram com a hipótese de que o envio dos expulsos espanhóis a Vigo significava, certamente, um destino trágico para todos eles.

Entre esses espanhóis, todos expulsos do Brasil por questões políticas, estava Julia Garcia, única mulher a compor o grupo. Jovem, e bem adaptada ao Brasil desde sua infância, Julia foi considerada pelo governo Vargas como uma pessoa indesejável e perigosa ao país. Permanecendo meses encarcerada, presenciou inúmeras cenas de tortura e maus tratos sofridos pelos companheiros, que assim como ela, eram acusados de prejudicar a ordem e a estabilidade nacional.

¹ Mestranda do curso de pós graduação em História Social da FFLCH/USP, integra a equipe técnica do **Proin (Projeto Integrado Arquivo/Universidade)/Fapesp** como pesquisadora do módulo – Espanhóis.

² Carta (Cópia) assinada pelos dirigentes dos centros republicanos espanhóis de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, e outras sociedades espanholas sediadas no Brasil para Fernando Moralles Llamas, Encarregado de Negócios da Espanha no Rio de Janeiro. São Paulo, 19/09/1937. Doc.26. *Prontuário 3184 – Centro Republicano Espanhol de São Paulo. DEOPS-SP/DAESP*. Em sua autobiografia, Eduardo Dias aponta para o fato de que vários espanhóis do município de Nova Granada teriam sido expulsos em 1936 e fuzilados pelo exército nacionalista assim que aportaram em Vigo: DIAS, Eduardo. *Um imigrante e a revolução (memórias de um militante operário – 1934-1951)*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.79.

³ Informe do investigador Raul Seabra para Delegado Adido à Seção de Investigação. São Paulo, 16/06/1937. F.15. In: *Pront. 3.817 – Andres Rodriguez Barbeito*. DEOPS-SP/DAESP.

Após desembarcarem no porto de Marselha, na França, ela e os demais espanhóis seguiram para a Espanha. Meses depois, Julia presenciou a morte de muitos desses companheiros de viagem em um bombardeio na cidade de Valencia em dezembro de 1937, durante a Guerra Civil Espanhola. Após vinte anos – tempo de duração dos trâmites burocráticos que a impediam de regressar ao Brasil, advindos do mandado de expulsão – ela retorna a Santos, onde vive até hoje. Tais informações, dignas de roteiro de filme, foram relatadas por Julia Garcia, que gentilmente nos concedeu uma entrevista em janeiro deste ano.⁴

Os destinos dessas pessoas foram marcados, de forma fatal e trágica, pelas deliberações das autoridades policiais que as consideraram indesejáveis ao país. Quais foram então as causas que determinaram a expulsão desses estrangeiros? O que os faziam tão “indesejáveis” e “perigosos”? O exercício da atividade política, quer como dirigente de sindicato, como “agitador” de greves ou simplesmente como professor, era por si só a justificativa para considerá-los atentadores à Ordem Nacional. No caso de Julia Garcia, o processo que acarretou em sua expulsão esteve baseado em uma carta endereçada a ela e censurada pelas autoridades policiais. Nessa carta enviada da Espanha, seu irmão Víctor remetia notícias sobre suas atividades como membro do Partido Comunista Espanhol em Astúrias e solicitava o envio de exemplares do jornal *A Classe Operária*.⁵

O mito do “complô secreto internacional”, presente no imaginário social dos anos 30 alastrava-se, atingindo o discurso policial. O mito de um “complô comunista” atrelado ao “complô estrangeiro”, foi uma constante no discurso dos agentes policiais que consideraram a correspondência entre os dois irmãos como “prova” das ligações entre os comunistas do Brasil e da Espanha. A esse argumento, juntava-se o fato de Víctor Garcia ter sido expulso do Brasil por atividades políticas em 1934. Além disso a polícia tinha conhecimento de que na Espanha, ele continuava a se dedicar às atividades políticas dentro do Partido Comunista Espanhol. Portanto, o “crime” cometido por Julia, no imaginário policial, era o de ser uma possível intermediária entre os “conspiradores” de ambos países.⁶

Julia nos afirmou durante entrevista que, ao contrário do que afirmava o discurso policial, não se dedicava à questões políticas, muito menos tinha a intenção de ser uma intermediária a serviço da causa comunista Talvez por descaso e consentimento das autoridades consulares simpáticas ao franquismo, ou pelo simples fato de ser irmã de Víctor Garcia, Julia teve seu mandado de expulsão decretado e concretizado. A história de Julia, provavelmente a única pessoa viva dessa leva que forçosamente deixou o Brasil a bordo do navio Alsina em julho de 1937, nos ajuda a compreender um pouco do universo repressivo a que muitos espanhóis foram submetidos.

Na visão policial, os espanhóis envolvidos em atividades políticas contrárias ao governo eram além de comunistas : “... *elementos perniciosos ao Brasil*”. Raul Seabra, em seu Relatório de Investigação sugeriu a expulsão de alguns espanhóis com base nas seguintes considerações sobre os mesmos: “(...) *Inúteis, com uma theoria verdadeiramente internacional, sem a idéia de Pátria que lhes illumine o senso empanado pela paixão*”

⁴ Entrevista concedida por Julia Garcia à Ismara Izepe de Souza e Rodrigo Rodrigues Tavares. Santos, 16 de janeiro de 2001.

⁵ Carta de Víctor Garcia endereçada à Julia Garcia. Espanha, Oviedo. 01/04/1936. *Prontuário 3828 – Julia Garcia. DEOPS-SP/DAESP.*

⁶ Sobre a questão do mito da conspiração internacional no imaginário social ver GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

subversiva e destruidora.”⁷ Pautadas em afirmações semelhantes, muitas portarias de expulsão foram determinadas, alterando radicalmente os destinos de centenas de cidadãos.

Esse discurso, representante do pensamento governamental, pode ser verificado em inúmeros documentos produzidos pela polícia política, que reservava grande parte de seus arquivos aos estrangeiros. Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, irradiava um discurso de progresso e modernidade impregnado de características nacionalistas. A construção de uma identidade nacional, forjada por símbolos e incentivada por festejos e comemorações, eram uma das preocupações centrais dos órgãos governamentais. O discurso de que os estrangeiros eram perniciosos à essa construção, portanto, dava embasamento às atividades de repressão aos tantos espanhóis, italianos, portugueses e cidadãos de outras nacionalidades que estiveram sob o olhar vigilante do DEOPS.

A questão do “perigo estrangeiro” que permeia o discurso sobre os espanhóis na década de 1930, no entanto, não deve ser analisada pelo mesmo prisma dos discursos sobre os estrangeiros de outras nacionalidades. Conforme as afirmações de Giralda Seyferth⁸, os imigrantes alemães e japoneses, por exemplo, constituíam –se em ameaça a idéia de integridade da nação por formarem “quistos” étnicos “não assimiláveis”. No caso dos imigrantes espanhóis, o discurso não se pautava em questões de caráter racial, já que os espanhóis eram brancos, de origem européia, e enquanto imigrantes apresentavam-se assimilados à cultura nacional. O problema que permeia o discurso policial sobre o imigrante espanhol nesse período, é o da sua opção política. Os espanhóis se tornavam uma ameaça, a partir do momento que defendiam propostas políticas expressivas do pensamento da esquerda. Basta dizer que entre o total de estrangeiros expulsos de novembro de 1935 a outubro de 1937 por questões políticas, os espanhóis representavam 45,78%.⁹

Essas histórias, simples fragmentos de um universo de vigilância e repressão a que milhares de nacionais e estrangeiros foram submetidos, talvez nos ajude a repensarmos conceitos que infelizmente não perderam sentido em nossa sociedade. O contato com a documentação do DEOPS/SP, hoje sob a guarda do Arquivo do Estado, nos possibilita o contato com o universo repressivo que permeou nossa história, e que tentou de diversas formas anular a inserção dos cidadãos no espaço público e excluí-los das decisões políticas. Esses documentos, representantes de um pensamento e de uma prática autoritária, além de nos proporcionar subsídios para a compreensão dos anos 30, nos fornecem elementos para a reflexão acerca de nossa atual sociedade, que sob mecanismos distintos e sob a égide da “democracia”, ainda conserva características bastante excludentes.

⁷ Relatório de Investigação (Cópia) de Raul Seabra para Delegado Addido à Seção de Investigações. São Paulo. 16/06/1937. Doc.2/F.15. *Prontuário 3817 – Andres Rodriguez Barbeito. DEOPS-SP/DAESP*

⁸ SEYFERTH, Giralda. “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

⁹ Porcentagem verificada por Alzira Lobo de Arruda Campos no artigo “Estrangeiros e Ordem Social: SP – 1926-1945”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v.17, n.33, 1997, p.228.

SUGESTÃO DE IMAGENS:

⇒ Identificação policial de Julia Garcia. Prontuário 3828 – Julia Garcia. DEOPS-SP/DAESP

⇒ Documentos contidos no prontuário de Julia Garcia tais como a carta enviada da Espanha por seu irmão Víctor e Relatório de Investigação sugerindo a expulsão de Julia.

⇒ Fotos reproduzidas no jornal Gaceta Hispana que ilustram o artigo *Se libraron de ser fusilados*. Referem-se a 27 fotos de rosto dos imigrantes espanhóis expulsos em 1937 do território nacional. In: “Recorte do jornal Gaceta Hispana”. Ano2, n.54.SP, 17/06/37. Prontuário 3817 – Andres Rodriguez Barbeito. DEOPS-SP/DAESP. (DOCUMENTO INTERESSANTE)

⇒ Relatório policial que aponta para o fato de Andres Rodriguez Barbeito ter pago a diferença das passagens para que os expulsos aportassem em Marselha. – Prontuário 3817 – Andres’Rodrigues Barbeito. Folha 9, Doc.4